

O PENSAMENTO DE KARL MARX E O TRABALHO IMATERIAL: ELEMENTOS INTRODUTÓRIOS PARA O DEBATE

THE THOUGHT OF KARL MARX AND IMMATERIAL LABOR: INTRODUCTORY ELEMENTS OF DEBATE

Vinícius Oliveira Santos*

RESUMO

Tendo em vista o debate empreendido entre os precursores da teoria do trabalho imaterial, o presente artigo visa expor alguns elementos do pensamento de Karl Marx que assumem relevância para a análise do trabalho imaterial no capitalismo. Conforme está explícito, a exposição de tais elementos resulta em pontos de divergências em relação aos teóricos do trabalho imaterial. A elucidação de tais divergências é o objetivo secundário do artigo. Os resultados obtidos demonstram o êxito explicativo da teoria de Karl Marx mediante as mutabilidades do capitalismo contemporâneo.

Palavras-chave: Karl Marx (1818 - 1883), Teoria do valor, Trabalho imaterial.

ABSTRACT

Due to debate waged between the precursors of the theory of immaterial labor, this article aims to outline some elements of the thought of Karl Marx that become important for the analysis of immaterial labor in capitalism. As is explicit, the exposure of such elements results in points of departure from the theory of immaterial labor. The elucidation of such differences is the secondary goal of the article. The results demonstrate the success of the explanatory theory of Karl Marx by the changes of contemporary capitalism.

Keywords: Karl Marx (1818 – 1883), Value theory, Immaterial Labor.

1. INTRODUÇÃO

Na fase recente de desenvolvimento do capitalismo, a bibliografia especializada pôde notar a intensificação da criação de postos de trabalho imateriais que demandam maior intelectualidade ou das formas de trabalho localizados no chamado setor de serviços, cuja especificidade é a criação de um resultado imediato imaterial. Esse processo foi impulsionado no limiar da reestruturação produtiva da década de 1970 com a diminuição dos postos de trabalho na fábrica. Esta reestruturação da produção, que buscava restabelecer os patamares de acumulação capitalista alcançados antes da crise do modelo fordista, constituiu, tomando como base a contribuição de Antunes (2005 e 2007), um processo de reorganização econômica, política e ideológica do capital, e teve como uma das muitas consequências a

* Doutorando em Sociologia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), e bolsista da CAPES. vinicius.oliv@yahoo.com.br

diminuição de empregos no setor fabril e expansão de outras formas de trabalho¹, entre elas “um aumento das atividades dotadas de maior dimensão intelectual” (ANTUNES, 2005, p. 63).

Na presença destes fenômenos, nasceu o que aqui chamamos de *recente teoria do trabalho imaterial*² delineada principalmente por Antonio Negri, Maurizio Lazzarato e André Gorz³, marcada por diversos distanciamentos com a base teórica marxiana, buscando fornecer um novo material teórico para explicar o “novo” tipo de trabalho no capital: o trabalho que gera o conteúdo imaterial de um determinado valor de uso. Nos seus apontamentos, a teoria marxiana foi declarada defasada em muitos de seus elementos fulcrais (por exemplo, a forma como foi concebida a teoria do valor), pois o trabalho fabril estaria sendo substituído por outras formas de produção, uma delas, a produção comandada pelo trabalho imaterial.

Tendo em vista o mencionado quadro, o presente artigo opera em limites definidos: tratar resumidamente de alguns elementos marxianos que fornecem um embasamento para o estudo do trabalho imaterial⁴. Para tanto, nomeamos alguns pontos presentes na teoria do autor que assumem importância para o debate do trabalho imaterial, são eles: o caráter do trabalho sob o domínio do capital, o critério de Marx para definição das categorias de *trabalho produtivo e improdutivo*, o sentido de capital industrial e a noção ampliada de indústria, e o trabalho vendido sob a forma de serviços. Expor tais elementos, considerando-os como fundamento para um diagnóstico sobre o trabalho imaterial na ordem do capital, é a *proposta central* do presente artigo. Em outros termos, a proposta do artigo abrange a explicitação das categorias e tem como preocupação a forma através da qual tais categorias podem ser articuladas para o enfrentamento de uma alteração recente a saber: o aumento quantitativo dos postos de trabalho imaterial.⁵

¹ “É perceptível também, particularmente nas últimas décadas do século XX, uma significativa expansão dos assalariados médios no ‘setor de serviços’ que inicialmente incorporou parcelas significativas de trabalhadores expulsos do mundo produtivo industrial como resultado do amplo processo de reestruturação produtiva, das políticas neoliberais e do cenário de desindustrialização e privatização. Nos EUA, esse contingente ultrapassa a casa dos 70% [...]” (ANTUNES, 2005, p. 77)

² Segundo Giuseppe Cocco, a maior parte dos artigos iniciais dessa vertente, “foi escrita no âmbito do debate francês sobre reestruturação produtiva, crise do fordismo e transformações do trabalho.” (COCCO, 2001, p. 7).

³ Apesar de haver confluências entre a teoria de Gorz e dos demais autores apontados, é importante salientar que existem diferenças entre os autores e que tais não serão discutidas neste artigo. Aqui, daremos atenção às similitudes que dizem respeito aos aspectos gerais do trabalho imaterial na produção capitalista.

⁴ Nas traduções das obras de Karl Marx, em vez do termo *imaterial*, encontramos o termo *não-material*. Por hora, as expressões *trabalho imaterial* e *trabalho não-material* estão sendo usadas em sentidos equivalentes, referindo-se ao tipo de trabalho que não gera, necessariamente, um resultado palpável, um objeto.

⁵ Para ilustrar o aumento quantitativo do trabalho imaterial, no Brasil, os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) apontam que do montante total de empregos formais gerados no mês de setembro de 2011 o setor de serviços criou aproximadamente 45% destes novos postos de trabalho e a indústria 33% (Ministério do Trabalho e Emprego, 2011). A noção que atualmente se tem do chamado “setor de serviços” inclui uma gama de ramos da produção imaterial (transporte, marketing, intermediação financeira, administração pública, atividades de limpeza, serviços médicos e de saúde, entretenimento etc.) e de atividades imateriais como o comércio e serviços pessoais. Portanto, por definição, o vigoroso crescimento da produção do que eles estão chamando de serviços exprime o crescimento do trabalho imaterial.

Os postulados de Karl Marx que fundamentam uma análise sobre o trabalho não-material no capitalismo⁶ estabelecem, ao mesmo tempo, pontos de distanciamento em relação à *recente teoria do trabalho imaterial*. Assim, empreenderemos como *objetivo tangencial*, a partir das definições de Marx, a elucidação da divergência teórica em relação aos autores que levaram a cabo tal vertente do trabalho imaterial (Negri, Lazzarato, Gorz e Hardt).

Utilizamos como recorte bibliográfico não toda a obra marxiana, mas sim as informações tracejadas, principalmente, em *O Capital* e no Capítulo VI Inédito de *O Capital*.

A importância e atualidade de nosso objeto de estudo justificam-se pela necessidade de aprofundamento das pesquisas sobre o trabalho imaterial na contribuição teórico-metodológica de Karl Marx. Além de se constituir um fundamento do pensamento sociológico clássico, suas teorizações persistem como um pensamento vivo, valendo-se como matriz para as diferentes áreas do conhecimento humano, por ter logrado apreender a realidade concreta em seu movimento, pressupondo que o real não se encontra estático, ossificado, mas, ao contrário, opera em constante movimento. Com essa noção Marx analisou com rigor o capitalismo mais avançado à sua época, percebendo as leis tendenciais do capital no seu sentido mais profundo e menos perceptível. As categorias econômicas cunhadas para examinar o modo de produção capitalista, provenientes do ato “de apropriar-se do concreto, reproduzindo-o como um concreto pensado” (MARX, 1984, p. 22), ao serem moldadas por Marx, deveriam ser analiticamente válidas mediante o fluxo contínuo típico da realidade concreta analisada que, no caso mencionado, refere-se à dinâmica da sociedade capitalista⁷. Daí a necessidade de utilização das formulações marxianas para o estudo das transformações atuais no mundo do trabalho: já parte do pressuposto de que os conceitos devem dar conta da mutabilidade do objeto, imprimindo uma ampla validade ao tema. O estudo das categorias marxianas fundamentais para a compreensão do trabalho imaterial nas obras mencionadas também se justifica por constituir uma contribuição aos estudos sobre a categoria trabalho, contribuindo para o fortalecimento da pesquisa teórica na área das ciências sociais em geral, e da sociologia do trabalho em específico, que tratem direta ou indiretamente do tema indicado, oferecendo elementos novos ao debate atual sobre o trabalho imaterial. Além disso, visamos colaborar com estudos empíricos e teóricos posteriores sobre o trabalho imaterial por resgatar avanços pouco explorados da teoria social clássica. Na pesquisa da qual este artigo faz parte, temos buscado realizar uma leitura atual de Karl Marx, considerando as modificações que a realidade concreta impôs.

Os elementos expostos neste artigo constituem a síntese de alguns resultados de nossa pesquisa de mestrado intitulada *Categorias marxianas fundamentais para o estudo do trabalho imaterial*, defendida em março de 2012, na Universidade Estadual de Campinas, sob o financiamento da FAPESP.

⁶ É imprescindível que façamos esta delimitação (trabalho imaterial na ordem do capital), pois encontramos formas de trabalho que não produzem um resultado corporificado em um produto em épocas não capitalistas e que por este motivo não constituirão objeto direto de pesquisa, embora seja necessário não separar este postulado da essência da análise. Sobre essa questão, diz Marx: “Mas o dinheiro já aparecia em tempos remotos como comprador dos chamados serviços, sem que D [dinheiro] se transformasse em capital-dinheiro ou sem que mudasse o caráter geral da economia” (MARX, 2008, p. 44).

⁷ “A atitude de impugnar a atualidade da economia marxiana porque ‘o capitalismo mudou’, na verdade, faz pouco de uma obra que, por se pretender uma teoria geral do capitalismo, calcada em noções tão gerais como mercadoria, dinheiro e capital, possui um *status* supracircunstancial. Se um dos propósitos do sistema de Marx é o de explicar as mudanças econômicas, vai implícita a aptidão para descrever as transformações no capitalismo.” (COUTINHO, 2000, p. 257)

2. A RECENTE TEORIA DO TRABALHO IMATERIAL

Antes de adentrarmos nas categorias marxianas que fundamentam uma análise crítica do trabalho imaterial, proposta central do presente artigo, convém elucidar o modo pelo qual a questão aparece nos precursores contemporâneos da *recente teoria sobre imaterialidade do trabalho*, entre eles Antônio Negri, Maurizio Lazzarato, Michael Hardt e André Gorz. Tal como afirmamos acima, estes elementos não constituem nosso objeto imediato de investigação, e, por este motivo, a questão será abordada de maneira breve. Feito isto, exporemos os conceitos de Karl Marx trabalhados em *O Capital* e no Capítulo VI Inédito que assumem importância essencial para o tema proposto e alvo direto desta exposição.

De modo geral, Hardt e Negri (2002) afirmam que domina na configuração econômica atual o processo de *pós-modernização econômica* ou de *informatização*, isto é, um novo paradigma econômico marcado pela preponderância dos serviços, o chamado setor terciário, na economia. A inserção neste novo paradigma foi resultado de um processo de reestruturação produtiva, a saber: a passagem do fordismo ao pós-fordismo. Este é o contexto que circunscreveria o trabalho imaterial. Segundo os autores, essa mudança “foi antecipada pelo surgimento de uma nova subjetividade [...] foi impulsionada, de baixo para cima, por um proletariado cuja composição já tinha mudado. O capital não precisou inventar um novo paradigma porque *o momento realmente criativo já tinha ocorrido*” (HARDT & NEGRI, 2002, p. 296). Ou seja, a reestruturação da década de 1970 não constituiu uma ofensiva do capital sobre o trabalho e sim uma concessão organizacional por parte dos capitalistas mediante as lutas dos trabalhadores. A esse respeito, mas em outro momento, Lazzarato e Negri afirmam que “o trabalho imaterial não se reproduz (e não reproduz a sociedade) na forma de exploração, mas na forma de reprodução da subjetividade”, e nesta modalidade de trabalho torna “difícil distinguir o tempo de trabalho do tempo da produção ou do tempo livre”. E ainda, “*a mais-valia da massa* cessou de ser a condição do desenvolvimento da riqueza geral” (LAZZARATO e NEGRI, 2001, p. 29-30). Em suma, os autores ostentam que no trabalho imaterial não há exploração do trabalho pelo capital e nem a subsunção real do trabalhador. Isso só ocorre porque “o trabalho de produção material, mensurável em unidades de produto por unidades de tempo, é substituído por trabalho dito imaterial, ao qual os padrões clássicos de medida não mais podem se aplicar” (GORZ, 2005, p. 15).

Seguindo a argumentação teórica de Hardt e Negri, sobre o trabalho imaterial podemos ressaltar a seguinte definição:

A maioria dos serviços de fato baseia na permuta contínua de informações e conhecimentos. Como a produção de serviços não resulta em bem material e durável, definimos o trabalho envolvido nessa produção como *trabalho imaterial* – ou seja, trabalho que produz um bem imaterial, como serviço, produto cultural, conhecimento ou comunicação. (HARDT e NEGRI, 2002, p. 311).

Podemos elencar quatro aspectos principais da recente teoria do trabalho imaterial segundo a vertente em questão:

Primeiramente, os tipos de trabalho que podem ser enquadrados nesta definição são, por exemplo: os trabalhos de informática, comunicação, o chamado trabalho afetivo (que se

refere, por exemplo, aos serviços de saúde e entretenimento) e as tarefas analíticas⁸. Hardt e Negri tracejam da seguinte forma um dos aspectos da definição que fornecem ao trabalho imaterial:

A maioria dos serviços de fato baseia na permuta contínua de informações e conhecimentos. Como a produção de serviços não resulta em bem material e durável, definimos o trabalho envolvido nessa produção como *trabalho imaterial* – ou seja, trabalho que produz um bem imaterial, como serviço, produto cultural, conhecimento ou comunicação. (HARDT e NEGRI, 2002, p. 311).

Em decorrência de tal definição, o segundo aspecto é o critério de definição de *serviço*: todas as formas de trabalho descritas acima são vistas como serviço, mesmo quando relacionados à esfera produtiva⁹.

Em terceiro lugar, a maneira pela qual opera este novo paradigma produtivo é definida pelos nexos rápidos entre produção e consumo. A flexibilidade de aptidões, a polivalência que o trabalhador deve exercer somadas com as facticidades imateriais que o trabalhador deve lidar (informação, conhecimento, afeto e comunicação) cria um nexo instantâneo entre o bem imaterial produzido e seu consumo.

Por último, a tendência do trabalho imaterial “tornar-se hegemônico, de forma totalmente explícita” (LAZZARATO e NEGRI, 2001, p. 27) e promover a “homogeneização real dos processos laborais” (HARDT e NEGRI, 2002, p. 313). A relação entre trabalho imaterial e trabalho material seria uma relação antagônica na qual um diminui na medida em que o outro cresce. Ou seja, o sentido dessa hegemonia do trabalho imaterial em relação ao trabalho material não é de caráter meramente substitutivo. Mais do que isso, o trabalho imaterial *subordina* o trabalho material. Esse elemento fica claro no seguinte apontamento de Lazzarato: “as tarefas de trabalho imediato cada vez mais subordinadas à capacidade de tratamento da informação”. (LAZZARATO, 1992, s/p, tradução nossa).

De uma forma ou de outra, o trabalho imaterial aparece a estes autores como uma “atividade abstrata ligada à subjetividade” (NEGRI e LAZZARATO, 2001, p. 25). É exatamente essa a noção de Judith Revel:

Não temos mais somente máquinas diante de nós. A máquina principal na produção econômica é o cérebro. Se quero denunciar um tipo de exploração do qual sou objeto, posso partir com meu cérebro. A máquina não pertence mais ao patrão. A máquina produtiva é meu cérebro: ele é meu, e isso é minha subjetividade. Então, penso que a relação de força está extraordinariamente reequilibrada por esta integração da subjetividade no processo econômico. Ela é minha, e o capital precisa dela. (REVEL, 2009, s/p.).

Tomando como referência a análise de Gorz, este autor, ao delimitar seu estudo sobre o imaterial e tratar sobre o “capital humano”, afirma que, nesta etapa produtiva, os fatores que geram valor são o “componente comportamental” e a “motivação”, e não o dispêndio de tempo de trabalho. Para ele, o que conta no mundo do capital humano seriam:

⁸ “O conhecimento se tornou a principal força produtiva” (GORZ, 2005, p. 29)

⁹ “A atividade fabril é vista como serviço” (HARDT e NEGRI, 2002, p. 314)

[...] as qualidades de comportamento, as qualidades expressivas e imaginativas, o envolvimento pessoal na tarefa a desenvolver e completar. Todas essas qualidades e essas faculdades são habitualmente próprias dos prestadores de serviços pessoais, dos fornecedores de um trabalho imaterial impossível de quantificar, estocar, homologar, formalizar e até mesmo de objetivar. (GORZ, 2005, p. 17).

Ao ampliar as formas imateriais de trabalho a partir da redução relativa dos postos na fábrica, a teoria marxiana foi considerada, em termos, defasada¹⁰ para explicar o ciclo do trabalho não-material. Almejamos, no próximo item, discutir criticamente tal posicionamento, e verificar se as categorias marxianas possuem validade explicativa mediante tais mutabilidades contemporâneas do trabalho, principalmente na questão do trabalho imaterial. Ao apresentar tais categorias ficará explícito que além de prover elementos para a análise do trabalho não-material, a contribuição de Marx também gera, simultaneamente, pontos de crítica aos autores da recente teoria do trabalho imaterial. É o que trataremos a seguir.

3. ALGUNS ELEMENTOS MARXIANOS PARA O DEBATE SOBRE TRABALHO IMATERIAL

De modo geral, se considerarmos o trabalho imaterial como uma modalidade de trabalho cujo efeito imediato não é um objeto sensível, podemos, com Marx, afirmar que “o resultado do [seu] processo de produção não é nenhum produto, nenhuma mercadoria” (MARX, 2008, p. 64). A esse respeito, referindo-se à indústria de transportes, diz Marx:

O que a indústria de transportes vende é a própria mudança de lugar. O *efeito útil produzido* está inseparavelmente ligado ao processo de transporte, isto é, ao processo de produção da indústria de transporte. Homens e mercadorias viajam com o meio de transporte, e seu deslocamento, seu movimento no espaço, é precisamente o processo de produção *que realiza*. O *efeito útil* só pode ser usufruído durante o processo de produção; *não existe como objeto de uso diverso desse processo, objeto que funcionasse, depois de ser produzido, como artigo de comércio, que circulasse como mercadoria*. (MARX, 2008b, p. 65, destaques nossos).

Podemos inferir, partindo dessa citação, alguns elementos pertinentes para a análise de elementos marxianos que levantam questões para o estudo do trabalho imaterial, tema que nos propusemos a analisar. Em primeiro lugar, o autor não pauta sua teoria pelo estabelecimento de três setores diferentes da economia (agricultura e extração, indústria e serviços), o que pode ser provado pelo seu conceito de “industrial”: “industrial aqui no sentido de abranger *todo ramo de produção* explorado segundo o modo capitalista” (MARX, 2008b, p. 62, destaques nossos). Portanto, o pretexto de que Marx teria atentado apenas para o

¹⁰ Podemos citar como exemplo a afirmação de Negri e Hardt sobre a categoria *capital variável*, um dos pilares da teoria marxiana do valor, como sendo uma “velha noção (comum à economia clássica e à economia política marxista)” (HARDT e NEGRI, 2002, p. 315); ou ainda a crítica de ordem metodológica de Lazzarato à noção de dialética: “é preciso ‘despolarizar’ a dialética por meio da noção de multiplicidade” (LAZZARATO, 2006, p. 63).

trabalho fabril e que por isso sua teoria tornou-se inadequada mediante as formas de trabalho no capital-cognitivo, se torna sem fundamentos. E mais: *uma análise efetiva do trabalho no capitalismo deve não só analisar o trabalho na fábrica, mas todo o trabalho apoderado pela produção (que, em Marx pressupõe a reprodução¹¹) conforme indica a acepção que Marx fornece ao termo “industrial”*. Por este motivo, na nossa leitura, a análise marxiana não aponta para uma homogeneização dos processos de trabalho ao contrário do que dizem Negri e Lazzarato¹², mas, indica um plano heterogêneo da esfera do trabalho¹³. Esta é a visão, acertada em nossa opinião, de Antunes (2005, 2007), que alude uma imbricação crescente entre trabalho material, imaterial, produtivo, improdutivo etc., que torna a classe-que-vive-do-trabalho complexa e heterogênea.

Em segundo lugar, a demonstração de que Marx, ao citar processos de trabalho onde o resultado não é um objeto palpável, não adota como critério definidor o fato deste trabalho estar inserido no setor de serviços, em vez disso, define esse trabalho, no caso da indústria de transportes, encontrando-se inserido em um “processo de produção”, impulsionado pelo capital-industrial, ou seja, onde impera as leis de produção do capital: a força de trabalho, ao consumir-se com os demais elementos da produção, cria valor novo, a mais-valia, um valor excedente, a ser apropriado pelo capital. Em suma, *o processo de trabalho no capitalismo tem como finalidade a valorização do capital¹⁴*: “produzir mais-valia é a lei absoluta desse modo de produção” (MARX, 2008a, p. 721). Logo, não podemos concordar com as teses de Negri e Lazzarato (2001) que afirmam a impossibilidade do trabalho imaterial se reproduzir na exploração da mais-valia¹⁵

Em terceiro lugar, fica explícito que as formas de trabalho imateriais, por mais que não operem para gerar um produto tangível, há a criação de uma utilidade, de um valor-de-uso, de um *efeito útil*. Em outros termos, todo trabalho, qualquer que seja sua natureza ou contexto social, produz alguma utilidade; ele é uma atividade teleológica adequada a um fim

¹¹ “[...] todo processo social de produção, encarado em suas conexões constantes e no fluxo contínuo de sua renovação, é, ao mesmo tempo, processo de reprodução.” (MARX, 2008a, p. 661)

¹² A informatização da produção somada ao trabalho imaterial teria promovido como consequência “a homogeneização real dos processos laborais” (HARDT e NEGRI, 2002, p. 313). “o trabalho se transformaria integralmente em trabalho imaterial” (LAZZARATO e NEGRI, 2001, p. 27).

¹³ “O resultado material da produção capitalista – para além do desenvolvimento das *forças produtivas sociais* do trabalho – é o *aumento da massa da produção e a multiplicação e diversificação das esferas produtivas* e das suas ramificações [...]” (MARX, 2004, p. 107, grifos do autor)

¹⁴ “No modo capitalista de produção, o processo de trabalho é apenas um meio de criar valor” (MARX, 2008a, p. 661).

¹⁵ De forma sintética, em Marx, a mais-valia representa a exploração da capacidade de trabalho do trabalhador, pelo capital. Na visão do autor o trabalho imaterial não escapa a este esquema. No entanto, segundo Lazzarato e Negri, “o trabalho imaterial não se reproduz (e não reproduz a sociedade) na forma de exploração, mas na forma de reprodução da subjetividade”, e nesta modalidade de trabalho torna-se “difícil distinguir o tempo de trabalho do tempo da produção ou do tempo livre”. E ainda, utilizando trechos dos Grundrisse de Marx, enxergam que já na produção atual “a mais-valia da massa cessou de ser a condição do desenvolvimento da riqueza geral” (LAZZARATO e NEGRI, 2001, p. 29-30). A relação do indivíduo com a produção se daria “em termos de independência com relação ao tempo de trabalho imposto pelo capital [...] e em termos de autonomia com relação à exploração.” (LAZZARATO e NEGRI, 2001, p. 30). Peças fundamentais do que Marx compreende como mais-valia (reprodução continuada da dominação e exploração do trabalhador), não são enxergadas por Negri e Lazzarato nos trechos acima em relação ao trabalho imaterial.

determinado: a produção de um valor-de-uso, de um efeito útil¹⁶. Podemos fundamentar este postulado a partir das argumentações de Karl Marx: “o que o capitalista determina ao trabalhador produzir é, portanto, um valor-de-uso particular, um artigo especificado. A produção de valores de uso não muda sua natureza geral por ser levada a cabo em benefício do capitalista ou estar sob seu controle” (MARX, 2006, p. 211). É possível reforçar esta ideia considerando o trabalho nas suas mediações mais profundas e abstratas¹⁷, onde esta atividade é considerada exclusividade humana por meio da qual há um dispêndio de energia física e mental para a *produção de algum valor-de-uso*, ou seja, de alguma utilidade que irá satisfazer alguma necessidade, seja ela do estômago ou da fantasia. “O trabalho enquanto produção dos meios necessários à satisfação de necessidades “é condição natural eterna da vida humana” (MARX, 2006, p. 218). Se o processo de trabalho está dotado de uma dimensão teleológica, o homem esboça em sua consciência o produto do ato de trabalhar antes de executá-lo efetivamente, delineando e adequando o processo a uma finalidade que resulta naquilo que já existia na mente do trabalhador. Para produzir utilidade é mister, portanto, a exteriorização, mesmo quando o trabalho envolvido é o trabalho imaterial. Uma informação ou um saber, enquanto encontra-se apenas na cabeça do seu sujeito não é um valor-de-uso, embora exista potencialmente. Quando um capitalista contrata um trabalhador visando o que Gorz (2005) chama de “qualidades de comportamento” ou “qualidades expressivas e imaginativas” ele compra a sua capacidade de produzir um efeito útil, um resultado. Por isso, verificamos um ponto (entre outros tantos) de distanciamento entre este autor e Marx, pois, na opinião de Gorz, este tipo de trabalho imaterial é impossível de “homologar, formalizar e até mesmo de *objetivar*” (GORZ, 2005, p. 17, destaques nossos).

Em quarto e último lugar, o que Hardt e Negri declaram como “uma rápida comunicação entre a produção e o consumo” (HARDT e NEGRI, 2002, p. 311) nem de longe constitui uma novidade. Ao prosseguir a referência à indústria de transportes, Marx afirma: “A fórmula da indústria de transportes seria, portanto, $D \rightarrow M \rightarrow P \rightarrow D'$ ”¹⁸, uma vez que é consumido o próprio processo de produção, e não um produto dele separável (MARX, 2008b, p. 65, destaques nossos). Neste caso, Marx está mencionando o tipo de trabalho que comumente é chamado de “serviços”, onde a produção e o consumo se dão no mesmo local. Mas, em um sentido amplo, podemos afirmar que a diminuição do tempo entre a produção e o consumo é uma *tendência do capital*. Mais rigorosamente, o capital tende a diminuir o que o autor chama de *tempo de rotação* (a soma do tempo de produção e o tempo de circulação), pois enquanto a mercadoria não é vendida, a mais-valia não se realiza e o capital fica aprisionado sob a forma de capital-mercadoria ou fica entesourado sob a forma dinheiro aguardando um montante maior até que tenha magnitude suficiente para, mais uma vez, entrar no ciclo de produção:

Quanto mais são ideais as metamorfoses da circulação do capital
– isto é, quanto mais se torna o tempo de circulação = zero, ou

¹⁶ Por mais que o valor-de-uso não influencie diretamente na produção do valor, Marx não o desconsidera. Ao contrário, ele assume importância na análise, tal como argumenta Roman Rosdolsky (2001), cap. 3 intitulado *Karl Marx e o problema do valor de uso na economia política*.

¹⁷ Isto é, “o processo de trabalho à parte de qualquer estrutura social determinada” (MARX, 2006, p. 211)

¹⁸ Resumidamente, esta fórmula significa: capital-dinheiro que é lançado na circulação para comprar mercadorias (força de trabalho e meios de produção), interrompe-se o processo de circulação e entra no processo de produção gerando um capital-dinheiro acrescido de mais-valia. Evidentemente, em Marx, essa fórmula pressupõe relações sociais e não apenas dinheiro e coisas passíveis de compra.

mais aproximada de zero -, tanto mais funciona o capital, tanto maiores se tornam sua produtividade e produção de mais-valia. O tempo de circulação do capital limita, portanto, o tempo de produção e, portanto, o processo de produzir mais-valia. (MARX, 2008b, p. 140-141).

O *just in time* seria uma expressão recente dessa tendência do capital, buscando a redução de estoques e custos excessivos com a circulação de mercadorias.

A parte do capital que aguarda, enclausurada, a sua realização em dinheiro ou entesourada nos cofres Marx chama de “parte ociosa do capital” (MARX, 2008c, p. 99). Para reduzir o tempo de produção, o capital, a partir do progresso industrial, eleva a produtividade do trabalho. Mas “o principal meio de abreviar o tempo de circulação é o progresso dos transportes e comunicações” (MARX, 2008c, p. 100). Um diagnóstico da tendência cada vez maior de abreviar a produção e o consumo não pode ser reduzida aos clichês tecnicistas. Só podemos compreender o processo de trabalho imaterial inserido no aumento da velocidade dos nexos entre produção e consumo se percebermos que estes estão inseridos num contexto amplo de desenvolvimento do capital. Este ponto não é abordado pelos autores da recente teoria do trabalho imaterial, apesar de assumir importância inconteste para a análise desse processo laborativo. Os referidos autores afirmam apenas que “seria mais exato conceber o modelo como algo que busca uma contínua interatividade ou uma rápida comunicação entre a produção e o consumo” (HARDT e NEGRI, 2002, p. 311). Sendo assim, as determinações essenciais deste fenômeno, que estão ligadas ao processo de valorização do capital, tornam-se camufladas.

É proveitoso que nesta altura da explanação teórica seja inserida outra categoria marxiana indispensável ao estudo do trabalho imaterial: a definição de *trabalho produtivo e trabalho improdutivo*¹⁹. A indústria de transportes, no sentido que descrevemos acima, produz mais-valia e, por este motivo, o trabalho que circunscreve este ramo é o trabalho produtivo. Há, todavia, setores que agregam trabalhadores assalariados sem que haja a criação da mais-valia. Vejamos a questão mais de perto.

Já dissemos que todo trabalho produz, para usar a terminologia marxiana, um *efeito útil*, isto é, uma utilidade, um valor-de-uso. Em contrapartida, segundo Marx (2004), nem todo efeito útil, mesmo quando desdobrado no seio da sociedade capitalista, carrega em si uma mais-valia. O trabalho despendido neste processo é, portanto, *trabalho improdutivo*. O critério para demarcação entre o trabalho produtivo e o trabalho improdutivo fica claro nesta passagem:

Como o fim imediato e (o) *produto por excelência* da produção capitalista é a *mais-valia*, temos que somente é *produtivo aquele trabalho* que ([sic] e só é *trabalhador produtivo* aquele possuidor da capacidade de trabalho que diretamente *produza mais-valia*; por isso, só aquele trabalho que seja consumido diretamente no processo de produção com vista à valorização do capital. (MARX, 2004, p. 108, destaques do autor).

Mas se estamos tratando do trabalho sob a ordem do capital, o “agente real do processo de trabalho” (MARX, 2004 p. 110) não é o trabalhador individual, mas sim a

¹⁹ A introdução desse conceito justifica-se pelo fato de que mesmo havendo parcelas de trabalhadores imateriais que constituiriam, do ponto de vista de Marx, trabalhadores improdutivos, eles são extremamente úteis ao processo cíclico do capital.

cooperação²⁰ de diversas capacidades de trabalho. Desta maneira, amplia-se a gama de capacidades de trabalho que se enquadram no conceito de trabalho produtivo²¹: “um trabalha mais com as mãos, outro mais com a cabeça, este como diretor, engenheiro, técnico etc., aquele como capataz, aqueloutro como operário manual ou até como simples servente” (MARX, 2004, p. 110) ambos são submetidos ao processo de valorização do capital, de produção e extração da mais-valia.

O trabalho improdutivo, por sua vez, é a modalidade de trabalho que “é consumido por causa do seu *valor de uso* e não como trabalho que gera *valores de troca*; é consumido improdutivamente” (MARX, 2004, p. 111, destaques do autor), em outros termos, não gera valor novo, não valoriza o capital, não produz mais-valia, não se converte em parte do capital variável. Ele é consumido como serviço, como utilidade. Daqui podemos afirmar: *o trabalho que não gera valor é improdutivo do ponto de vista do capital, porém, é extremamente útil à sua reprodução*²². Os trabalhos envolvidos na mera mudança de forma do valor²³ (que diz respeito à venda de mercadorias no comércio) são, sob esta delimitação, trabalhos improdutivos. Sendo assim, por mais que Marx afirme a tendência do capital diminuir o tempo de circulação de acordo com que apontamos anteriormente, não se trata de diminuir a importância da circulação ou do trabalhador improdutivo: “a circulação é tão necessária à produção de mercadorias quanto a própria produção, e os agentes de circulação, portanto, tão necessários quanto os agentes de produção” (MARX, 2008b, p. 142), pois os trabalhadores da compra e venda “realizam função necessária, pois o processo de reprodução também abrange funções improdutivas. Trabalha como qualquer outra pessoa, mas o conteúdo de seu trabalho não cria valor nem produto”. (MARX, 2008b, p. 149).

Os autores da *recente teoria do trabalho imaterial* consideram todo trabalho imaterial como já inserido no setor de serviços e, por isso, como não produtor de mais-valia. Portanto, esta forma de trabalho seria “independente da atividade empreendedora capitalista” (LAZZARATO e NEGRI, 2001, p. 31). Tendo em vista a teoria marxiana, este critério é infundado. Em primeiro lugar, pela razão evidente de que há trabalhos imateriais que geram valor e mais-valia, como por exemplo, o trabalho envolvido na indústria de transportes. Em segundo lugar, mesmo os trabalhos imateriais improdutivos não se encontram independentes e livres da atividade capitalista. Um exemplo seria as atividades estritamente comerciais que, ao se tornarem complexas sob o processo de produção e reprodução capitalista, modificam-se em atividades capitalistas, com trabalhadores assalariados cujas jornadas de trabalho também são divididas em tempo de trabalho excedente e tempo de trabalho necessário. Pelas razões expostas acima, qualquer apreciação crítica sobre o trabalho imaterial deve considerar as categorias *trabalho produtivo e trabalho improdutivo*. Além do que já levantamos, a apuração destes conceitos são úteis para a desmistificação do caráter do trabalho vendido sob a forma de serviços: o modo pelo qual Negri, Lazzarato e Hardt apresentam o trabalho no “setor

²⁰ Conforme aponta Marx não foi o capital que criou a cooperação, mas foi sob o seu domínio que houve a sistematização dos processos cooperativos, pois “o caráter cooperativo do processo de trabalho torna-se uma necessidade técnica imposta pela natureza do próprio instrumental de trabalho” (MARX, 2006, p. 442).

²¹ Em outra obra diz Marx: “A conceituação do trabalho produtivo e de seu executor, o trabalhador produtivo, amplia-se em virtude desse caráter cooperativo do processo de trabalho.” (MARX, 2008a, p. 577)

²² “O tempo de circulação do capital constitui parte de seu tempo de reprodução” (MARX, 2008b, p. 147)

²³ Notemos a diferença entre a indústria de transportes, que promove a *mudança de lugar* das mercadorias, e as atividades estritamente comerciais operam a *mudança de forma* do valor-capital.

terciário” faz com que a relação social de exploração na qual o modo capitalista de produção é erguido apresente-se transfigurada.

Podemos afirmar o mesmo em relação ao trabalho intelectual. Nas palavras dos autores há uma “independência progressiva da força de trabalho intelectual e trabalho imaterial em face do domínio capitalista” (LAZZARATO e NEGRI, 2001, p. 31). Desconsideram o modo pelo qual o capital absorve o trabalho intelectual:

Fisiologicamente, cabeça e mãos são partes de um sistema; do mesmo modo, o processo de trabalho conjuga o trabalho do cérebro e o das mãos. Mais tarde, se separam e acabam por se tornar hostilmente contrários. O produto deixa de ser o resultado imediato da atividade do produtor individual para tornar-se produto social, comum, de um trabalhador coletivo, isto é, de uma combinação de trabalhadores, podendo ser direta ou indireta a participação de cada um deles na manipulação do objeto sobre o qual incide o trabalho. [...] Para trabalhar produtivamente não é mais necessário executar uma tarefa de manipulação do objeto de trabalho; basta ser órgão do trabalhador coletivo, exercendo qualquer uma das funções fracionárias. (MARX, 2008a, p. 577).

Na nossa acepção não há, portanto, independência do trabalho intelectual mediante o domínio capitalista. Por mais que ele esteja separado dos trabalhadores manuais, ele exerce funções produtivas segundo a definição de trabalho produtivo no capitalismo, uma vez que é trabalho produtor de mais-valia.

Antes de apresentarmos diferentes noções na questão do trabalho intelectual, é necessário que, além do que já foi exposto, sejam inseridos outros elementos concernentes ao trabalho sob a espreita do capital.²⁴ Para isto, elencamos algumas noções a serem descritas segundo a teoria marxiana: a dissociação do trabalhador e os meios de produção, e a busca por aumentar a produtividade do trabalho. É o que faremos a seguir.

O objetivo central do capitalista (na obra marxiana entendido como personificação do capital²⁵) é a extrapolação do valor inicial adiantado. Para tanto, o “possuidor de dinheiro deve ter a felicidade de descobrir, dentro da esfera da circulação, no mercado, uma mercadoria cujo valor-de-uso possua a propriedade peculiar de ser fonte de valor [...] (MARX, 2006, p. 197): tal mercadoria é a força de trabalho.

Portanto, para o produtor do dinheiro que vai funcionar como capital é indispensável que a força de trabalho surja na esfera da circulação como mercadoria²⁶. No entanto, a compra e a venda desta mercadoria não é decorrência da natureza do dinheiro. Para que seja mercadoria, *a força de trabalho deve estar dissociada das condições objetivas de trabalho*, dos meios de produção. Defrontam-se, deste modo, o proprietário dos meios de produção e o não proprietário desses meios:

²⁴ O tratamento pormenorizado sobre o processo de trabalho no capitalismo a partir da obra de Marx extrapolaria os objetivos para os quais este projeto é elaborado. Por hora, cabe apenas sintetizá-lo em seus componentes necessários para apreendermos o que virá adiante.

²⁵ “Enquanto a apropriação da riqueza abstrata for o único motivo que determina suas operações, funcionará ele como capitalista, ou como capital personificado, dotado de vontade e consciência. Nunca se deve considerar o valor-de-uso objetivo imediato do capitalista. Tampouco o lucro isolado, mas o interminável processo de obter lucros.” (MARX, 2006, p. 183-184)

²⁶ Essa é uma especificidade do capitalismo. É a força de trabalho que se converte em mercadoria e não o trabalhador.

Já existe, portanto, já se dá por suposta a *relação de classe* entre capitalista e assalariado [...] Trata-se de compra e venda, de relação monetária, mas de uma compra e venda que tem por pressupostos o comprador como capitalista e o vendedor como assalariado, e essa relação se estabelece quando as condições para a materialização da força de trabalho, os meios de subsistência e os meios de produção, *estão separadas do detentor da força de trabalho, como propriedade alheia*. (MARX, 2008b, p. 45 – destaques nossos)

Não nos interessa as minúcias do modo como se deu, historicamente, essa dissociação. Por hora, nos compete apenas explicitar o fato de que para funcionar sob a ordem do capital, a força de trabalho deve entrar em interação com os elementos do capital pertencentes ao capitalista. Longe dos meios de produção, esta parcela da população não pode produzir sua própria existência, daí a necessidade de submeter-se aos processos laborativos capitalistas. A produção capitalista de mercadorias tem como *fundamento* a separação entre o trabalhador e os meios necessários à execução do trabalho.²⁷

No curso de seu desenvolvimento, o capital, conforme aponta Marx, promove alterações na sua composição promovendo desenvolvimento técnico, visando índices maiores de produtividade do trabalho²⁸ e a decorrente maximização da extração de mais-valia. Aumentar a produtividade do trabalho resulta, sobretudo, “no decréscimo da quantidade de trabalho em relação à massa dos meios de produção que põe em movimento, ou na diminuição do fator subjetivo do processo de trabalho em relação aos seus fatores objetivos” (MARX, 2008a, p. 726). Esta é “uma tendência constante”, um “impulso imanente” do capital. (MARX, 2006, p. 370). No entanto, além do evidente êxito econômico, a alteração dos meios de trabalho no capital promove uma ação política visando a diminuição e o controle do potencial reivindicatório dos trabalhadores. Em suma, “todos os meios para desenvolver a produção redundam em meios de dominar e explorar o produtor” (MARX, 2008a, p. 749), caracterizando um avanço do capital sobre o trabalho.

Por estes motivos essenciais expostos nos quatro parágrafos acima, verificamos pontos de distanciamento, ou incongruência entre, de um lado, Karl Marx, e de outro, Lazzarato e Negri, por estes últimos afirmarem a autonomia do trabalho intelectual ante o domínio capitalista. Na mesma linha desses autores, Judith Revel (2009), como já expusemos, argumenta que no modelo econômico atual o cérebro aparece como a principal máquina na produção (produção denominada de imaterial cognitivo). Nas palavras dela: “a máquina não pertence mais ao patrão. A máquina produtiva é meu cérebro: ele é meu, e isso é minha subjetividade.” (REVEL, 2009, s/p.). Tomando como base as colocações de Karl Marx, o cérebro ou a subjetividade, por pertencerem ao trabalhador, são condições subjetivas de trabalho e só entram em funcionamento mediante a relação com as condições objetivas de trabalho. Assim sendo, podemos afirmar que o cérebro sozinho não realiza trabalho. Uma comunicação, ou uma informação que se encontra aprisionada na mente de seu criador, do ponto de vista do

²⁷ “A separação entre o produto do trabalho e o próprio trabalho, entre as condições objetivas de trabalho e a força subjetiva do trabalho é, portanto, o fundamento efetivo, o ponto de partida do processo de produção capitalista” (MARX, 2008a, p. 665).

²⁸ “O grau de produtividade do trabalho, numa determinada sociedade, se expressa pelo volume relativo dos meios de produção que um trabalhador, num tempo dado, transforma em produto, com o mesmo dispêndio de força de trabalho.” (MARX, op. cit., p. 725).

capital, é tão estéril quanto uma cadeira que existe apenas idealmente na cabeça do marceneiro. Ambas necessitam ser exteriorizadas para a realização enquanto efeito útil.²⁹

No mesmo caminho, não podemos olhar com ingenuidade a inserção da ciência no processo produtivo. Sua aplicação se dá no contexto de elevação da produtividade do trabalho nos termos em que apontamos acima. “Por meio da maquinaria, dos processos químicos e de outros modos, a indústria moderna transforma continuamente, com a base técnica da produção, as funções dos trabalhadores e as combinações sociais do processo de trabalho.” (MARX, 2006, p. 551-552). Portanto, o trabalho intelectual de pesquisa aí envolvido não pode ser considerado *autônomo*, pois, para citar diretamente Marx, o processo exige “a aplicação consciente da ciência” ou “a ciência alheia é incorporada ao capital” (MARX, 2006, p. 442-443), ou seja, sua força produtiva não é natural e nem neutra.

Com fins de concluir o debate, podemos afirmar que *o trabalho imaterial no capitalismo não pode ser analisado à parte do processo de dominação, exploração e valorização do capital às custas da força de trabalho*, um processo cíclico e contínuo de busca de extrapolação do valor, que pressupõe relações sociais específicas.³⁰ Mesmo quando as variantes do trabalho imaterial não estejam diretamente ligadas ao trabalho produtivo, isto é, ao trabalho que valoriza o capital, e exercem funções improdutivas, elas executam papel extremamente necessário ao capital, como é o exemplo do trabalho envolvido da venda de mercadorias.

Torna-se apreensível que as categorias marxianas apresentadas constituem um corpo teórico vivo e eficaz para uma apreciação sobre a imaterialidade do trabalho no capitalismo e, ao mesmo tempo, promovem um distanciamento crítico em relação às recentes teses do trabalho imaterial, fornecendo embasamento para o estudo do mundo do trabalho na contemporaneidade.

²⁹ Neste parágrafo não pretendemos negar o aumento tendencial dos postos de trabalho imateriais, sejam os que demandam maior intelectualidade no processo produtivo, seja os chamados serviços. De acordo com o apontamento de Ricardo Antunes: “A ampliação das formas de *trabalho imaterial* torna-se, portanto, outra tendência do sistema de produção contemporâneo” (ANTUNES, 2007, p. 126). O que estamos sublinhando aqui é que este aumento não é autônomo, mas estão “centralmente subordinados à lógica da produção de mercadorias e de capital.” (ANTUNES, op. cit., p. 128).

³⁰ São muitas as passagens de Negri, Lazzarato e Hardt que indicam autonomia do trabalho imaterial em relação à exploração capitalista: em determinado momento, os autores indicam a “independência progressiva da força de trabalho intelectual e trabalho imaterial em face do domínio capitalista” (LAZZARATO; NEGRI, 2001, p. 31). Ou ainda: “o ciclo do trabalho imaterial é pré-construído por uma força de trabalho social e autônoma, capaz de *organizar o próprio trabalho* e as próprias relações com a empresa.” (LAZZARATO e NEGRI, 2001, p. 26, destaques nossos). Em outra obra: “o aspecto cooperativo do trabalho imaterial *não é imposto e organizado de fora*, como ocorria em formas anteriores de trabalho, mas a cooperação é totalmente imanente à própria atividade laboral.” (HARDT e NEGRI, 2002, p. 314-315, destaques nossos). Lazzarato, em outro momento afirma que “o caráter social do trabalho *não mais aparece como capitalista, mas como resultado e pressuposto do próprio trabalho.*” (LAZZARATO 1992 s/p, destaques nossos). Os autores também declaram superada o domínio do capitalista no processo de produção: “a época em que o controle de todos os elementos da produção *dependia da vontade e da capacidade do capitalista é superada*: é o trabalho que, cada vez mais, define o capitalista, e não o contrário. O empreendedor, hoje, deve ocupar-se mais de reunir os elementos políticos necessários para a exploração da empresa do que das condições produtivas do processo de trabalho. (LAZZARATO e NEGRI, 2001, p. 32). Não seria a personificação do capital que determinaria como se organiza os elementos do processo de trabalho, mas o contrário: “esta função empreendedora, ‘personificação do capital’, em vez de constituir uma premissa, deve, portanto, reconhecer a articulação independente da cooperação social do trabalho na fábrica, na fábrica social e no terciário de ponta, e adaptar-se a eles.” (LAZZARATO e NEGRI, 2001, p. 31).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No curso de nossa exposição, não pretendemos esgotar o debate sobre o tema. Outras categorias marxianas também mereceriam espaço neste artigo por possuírem êxito explicativo tendo em vista as formulações contemporâneas sobre o trabalho imaterial.

Conforme apontamos no primeiro item, a *recente teoria do trabalho imaterial* considera que as alterações recentes no mundo trabalho, dentro das quais o trabalho imaterial é a maior expressão, levantam vários contrapontos à teoria marxiana: negam a validade da categoria capital variável, afirmam que o trabalho imaterial não se reproduz na exploração etc., o que limita a abrangência da teoria marxiana para o estudo do trabalho imaterial. A parte fundamental deste trabalho, cujas ideias estão expostas no segundo item, demonstra que, tendo em vista o debate contemporâneo sobre o trabalho imaterial, determinados elementos da teoria de Marx possuem validade explicativa na temática da imaterialidade do trabalho.

Karl Marx não delimitou uma teoria sobre o trabalho não-material, ou seja, este nunca constituiu um objeto delimitado de pesquisa na empreitada marxiana. No entanto, em meio ao denso percurso teórico efetuado por este autor, encontramos vários elementos para um diagnóstico do trabalho tomado em sua categoria de imaterialidade. Além de esparsas alusões a este tipo de trabalho (Marx mencionou diretamente um trabalho com resultados não-materiais), existem construções teóricas sistematizadas que, a nosso ver, municiam uma apreciação do trabalho imaterial no capitalismo e, por este motivo, afirmam a atualidade das categorias do autor.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2007.

COCCO, Giuseppe. Introdução. In: *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

COUTINHO, Maurício. A crítica da economia política: teoria e atualidade. In: *A obra teórica de Marx: atualidade, problemas e interpretações*. São Paulo: Xamã, 2000.

GORZ, André. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

LAZZARATO, Maurizio. *As revoluções do capitalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. *Le concept de travail immatériel; la grande entreprise*. Paris: Future Antérieur, 1992. <Disponível em: <http://multitudes.samizdat.net/Le-concept-de-travail-immateriel>>. Data de acesso: 15/11/2009.

LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MARX, Karl. *Capítulo VI Inédito de O Capital*. São Paulo: Centauro, 2004.

_____. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 1984.

_____. *O capital: crítica da economia política*. livro 1, v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. *O capital: crítica da economia política*. livro 1, v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 2008a.

_____. *O capital: crítica da economia política*. livro 2, v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008b.

_____. *O capital: crítica da economia política*. livro 3, v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008c.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *Cadastro Geral de Empregados e Desempregados*. Brasília, 2011. Base de dados. REVEL, Judith. (2009) A passagem do capitalismo material ao imaterial cognitivo e a crise da representação política. *Instituto Humanitas Unisinos Online*. Disponível em: <
http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=19140> Data de acesso: 05/10/2009.

ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de 'O capital' de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

Recebido em: março de 2011

Aceito em: dezembro de 2011